

do possível, pelo seu encurtamento; — 4 — Proceder à publicitação desta deliberação nos termos legais, designadamente de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, estipulando um período de participação de 15 dias, durante o qual podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que os particulares entendam dever ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão; — 5 — Manifestar à Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo a intenção da autarquia integrar o procedimento destinado à atualização da cartografia, visto que nos planos diretores municipais deve ser utilizada cartografia com três anos ou inferior, de acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da cartografia a Observar na Elaboração das Plantas dos Planos Territoriais, aprovado pela Direção-Geral do Território; — 6 — Dar conhecimento do teor da presente deliberação, caso a mesma seja aprovada, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, remetendo o relatório em anexo e solicitar a marcação de uma reunião preparatória, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Paços do Município de Arronches, 8 de junho de 2016. — A Presidente da Câmara, *Fermelinda Carvalho*.»

609752436

MUNICÍPIO DE CINFÃES

Aviso n.º 9471/2016

Procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de técnico superior (engenharia florestal/ambiental) restrito a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido — Lista unitária de ordenação final.

Nos termos e para efeitos dos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para carreira e categoria de Técnico Superior (Engenharia Florestal/Ambiental), aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de março de 2016, e homologada por despacho do Presidente da Câmara de 11 de julho de 2016.

Nome candidato	Avaliação curricular	Entrevista de avaliação de competências	Classificação final	Ordenação final
Luís Fernando Coelho de Barros Pereira	14,69	16,00	15,48	1.º

Excluídos

Nome	Observações
Ana Sofia Mendes França Miguel	(a)
Filipe Augusto Valente Oliveira	(b)

(a) Excluído/a por não possuir relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme estipulado no ponto 7.3 do aviso de abertura n.º 3665/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 54, de 17/03/2016;

(b) Excluído/a por não ter comparecido à entrevista de avaliação de competências.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e em cumprimento da legislação supra citada, notificam-se os interessados que esta mesma lista foi afixada ao público nas instalações do Município de Cinfães e na página eletrónica, em www.cm-cinfaes.pt.

12 de julho de 2016. — O Presidente da Câmara, *Armando Silva Mourisco*, Enf.º

309732226

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Regulamento n.º 763/2016

Regulamento do Prémio Literário João Gaspar Simões/2016

1 — Instituição e finalidades:

1.1 — O Prémio Literário João Gaspar Simões, instituído bianualmente pela Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMFF), tem como finalidade genérica promover a produção de originais em língua portuguesa e divulgar o nome do seu honorável patrono. Em cada edição, cabe à CMFF decidir qual o género literário a concurso, finalidades e especificidades do regulamento do Prémio a atribuir.

1.2 — No presente ano, a CMFF lança o presente Prémio para prosas narrativas sob a forma de romance ou novela, com o objetivo de contribuir para a valorização e promoção da literatura de qualidade considerada elemento essencial para o desenvolvimento e enraizamento dos hábitos de leitura.

2 — Termos de participação:

2.1 — São admitidos a concurso os indivíduos de nacionalidade portuguesa ou estrangeira residentes em Portugal.

3 — Natureza e divulgação do prémio:

3.1 — Será atribuído um prémio único no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).

3.2 — Em acréscimo ao valor do prémio a Câmara Municipal assume o compromisso de apoiar a 1.ª edição da obra premiada, a estabelecer à data.

3.3 — As edições subsequentes da obra premiada deverão referenciar, em lugar destacado, a menção «Prémio Literário João Gaspar Simões» e a menção da respetiva edição bem como do seu patrocínio.

3.4 — O Júri poderá, se assim o entender, atribuir diploma(s) de «Menção Especial» a trabalhos que, por unanimidade, sejam considerados merecedores dessa distinção, os quais não terão correspondência pecuniária.

3.5 — Poderão ainda ser editados, mediante condições a acordar e caso haja interesse por parte do município da Figueira da Foz e dos respetivos autores, os trabalhos agraciados com menções especiais.

3.6 — O presente regulamento será divulgado, em folheto próprio ou em formato digital, pela CMFF junto dos órgãos de comunicação social e de instituições como APBAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, APCL — Associação Portuguesa de Críticos Literários, APE — Associação Portuguesa de Escritores, APEL — Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, DGLAB — Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, SPA — Sociedade Portuguesa de Autores, Bibliotecas Públicas, Bibliotecas Escolares e outras instituições consideradas pertinentes.

3.7 — O Prémio será entregue em cerimónia pública em data a anunciar, sendo feita a conveniente divulgação através dos órgãos de comunicação social.

4 — Constituição e atribuições do júri:

4.1 — O Júri, presidido pelo Vereador do Pelouro da Cultura com competências delegadas, será sempre constituído por um número ímpar de membros, num mínimo de três. O Júri será renovado a cada edição, não podendo qualquer dos seus membros participar nele em mais do que duas edições sucessivas, à exceção do representante do Município.

4.2 — Aos membros do Júri é vedada a participação no concurso.

4.3 — A deliberação do Júri sobre o Prémio é tomada por unanimidade ou por maioria de votos e a deliberação sobre as menções especiais é tomada por unanimidade de votos, não estando no primeiro caso prevista a possibilidade de abstenção. Não haverá lugar a prémios atribuídos *ex-aequo*.

4.4 — O Júri poderá deliberar, por maioria de votos, a não atribuição de Prémio se as obras a concurso não tiverem a qualidade exigida.

4.5 — Das decisões do Júri não haverá recurso.

4.6 — Todos os casos omissos e dúvidas de interpretação deste regulamento serão resolvidos pelo Júri.

5 — Apresentação das obras:

5.1 — Todas as obras a concurso serão originais, inéditas, de produção individual e não premiadas anteriormente.

5.2 — Cada original deve ser apresentado em folhas de formato A4 e de um só lado, numeradas, datilografadas em letra Times New Roman, corpo 12, a um espaço e meio, com margens de 2,5 cm. Cada original não deve ultrapassar 200 páginas, nem ser inferior a 80 páginas, devendo apresentar-se devidamente encapado, possuir um título e ser assinado sob pseudónimo.

5.3 — Cada concorrente entregará três exemplares da obra. Cada pseudónimo deverá corresponder a uma só obra. Os exemplares devem ser enviados

num envelope fechado identificado no exterior apenas com o pseudónimo; no seu interior um outro envelope fechado, assinado com o pseudónimo no exterior e com o título do trabalho apresentado, deverá conter a identificação do autor (nome, morada, profissão, número de contribuinte, contactos). Este último envelope só será aberto pelo Júri em reunião convocada para o efeito.

Só serão abertos os envelopes para a identificação dos autores premiados e agraciados. Os restantes sobrescritos só serão abertos por solicitação dos autores interessados na devolução dos trabalhos, devendo, na ocasião, fazer prova da sua identidade.

5.4 — Os exemplares serão entregues na Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, da Figueira da Foz, ou enviados por correio registado para:

«Prémio Literário João Gaspar Simões/2016»
Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás
Rua Calouste Gulbenkian
3080-084 Figueira da Foz

Neste último caso, os exemplares deverão ser colocados num terceiro envelope onde será escrito o destinatário e apenas a morada do remete-nte. Os candidatos poderão apresentar mais do que uma candidatura a concurso, devendo, contudo, enviá-las separadamente.

5.5 — A data limite de entrega das obras será o dia 31 de dezembro de 2016.

5.6 — À exceção da obra premiada, os restantes originais serão entregues aos autores que os reclamarem por escrito num prazo de um mês após a entrega pública do Prémio. Findo este prazo, a Câmara Municipal reserva-se o direito de os eliminar.

30 de junho de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, *João Ataíde*.

209752785

MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Aviso n.º 9472/2016

Consulta Pública do Projeto de Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento

Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vereadora com o pelouro do Desenvolvimento e Inclusão Social, no uso da competência que lhe advém da alínea *t*), do n.º 1, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegada pelo ponto 13, do Título I do Despacho de Exercício, Delegação e Subdelegação de Competências, exarado pelo Presidente da Câmara Municipal em 12 de fevereiro de 2015 e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do citado diploma, torno público que foi deliberado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 14 de julho do corrente ano, ao abrigo do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, promover a consulta pública do Projeto de Revisão do Regulamento do Programa de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento, por um prazo de 30 dias úteis, contados a partir da publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Mais se dá conhecimento que o referido projeto de diploma poderá ser consultado no sítio institucional da internet do Município do Funchal, assim como presencialmente na Divisão Jurídica, sita ao Edifício dos Paços do Município do Funchal, 1.º andar, todos os dias úteis, no horário compreendido entre as 10 horas e as 17 horas.

As sugestões deverão ser endereçadas aos responsáveis pela direção do procedimento, Dr.ª Carla Abreu, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social, e Dr.ª Ana Paula Santos, técnica superior (Consultora Jurídica) da Divisão Jurídica, através de correio eletrónico disponível no *sítio* do Município do Funchal, ou mediante apresentação de requerimento escrito nos serviços administrativos da Câmara Municipal.

14 de julho de 2016. — A Vereadora com o Pelouro do Desenvolvimento e Inclusão Social, *Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes*.

Preâmbulo

Com o agravamento da crise no país, as famílias viram os seus rendimentos diminuídos, ficando com menor capacidade para fazer face às responsabilidades financeiras assumidas anteriormente.

A Autarquia tem vindo a identificar um número crescente de casos de famílias com dificuldade em honrar o seu contrato de arrendamento. Para essa situação concorrem, frequentemente e em simultâneo, a grave conjuntura económica, em especial, quando gera desemprego, e incidências de natureza social, tais como a dissolução do casamento ou união de facto, ou problemas de saúde.

Perante este cenário, o Executivo Municipal entendeu instituir o Fundo de Investimento Social que tem por objetivo dar uma resposta integrada às diferentes debilidades identificadas. Este fundo funciona como uma ferramenta social capacitante, ajudando a população do Município a ultrapassar situações difíceis que surjam nos seus percursos de vida. Nesse sentido, os diferentes programas de apoio à população ficam integrados neste fundo que aposta na qualidade de vida dos e das munícipes do Funchal.

Assim, a Câmara Municipal do Funchal pretende criar respostas renovadas em benefício desta comunidade vulnerável, considerando oportuna a implementação do Subsídio Municipal ao Arrendamento, com o objetivo de apoiar o arrendamento no âmbito do mercado privado e evitar as consequências negativas da perda da casa de família, nas condições definidas neste regulamento.

Estrutura-se, deste modo, uma resposta rápida a um problema que se espera conjuntural e, ao fazê-lo procura acautelar-se a eficiência, minimizando a mobilização de recursos, uma vez estabelecidos os objetivos pretendidos.

Haverá uma monitorização próxima, pelos serviços competentes, da evolução da situação económica e social de cada pessoa ou agregado familiar, de modo a garantir o apoio adequado dentro dos limites orçamentais estabelecidos.

Faça ao quadro factual supramencionado, e porque as questões sociais devem merecer, sempre, da parte do Município do Funchal, a melhor atenção e um tratamento prioritário, urge definir medidas que possam minorar as consequências negativas de tal realidade, designadamente, estabelecer as bases e aprovar um programa de apoio ao arrendamento para famílias ou pessoas carenciadas.

O presente regulamento tem como legislação habilitante o n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e a alínea *h*) do n.º 2 do artigo 23.º e a alínea *v*) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pelo Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, sendo aprovado ao abrigo das competências previstas na alínea *k*) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime.

O presente Regulamento foi sujeito a consulta pública, nos termos da alínea *c*), do n.º 3, do artigo 100.º e do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo.

Regulamento do Programa de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente regulamento estabelece o regime de atribuição do Subsídio Municipal de Arrendamento, doravante abreviadamente designado por “SMA”.

2 — O SMA é um apoio financeiro, de natureza temporária, no âmbito do arrendamento no mercado privado, a famílias com comprovadas dificuldades económicas que as impeçam de suportar a totalidade da renda.

Artigo 2.º

Âmbito de Aplicação

O presente regulamento aplica-se exclusivamente a munícipes com residência permanente há mais de um ano, na área geográfica do concelho do Funchal.

Artigo 3.º

Dotação Orçamental

A dotação orçamental do Programa objeto do presente Regulamento, integra a rubrica “Fundo de Investimento Social”, cujo valor é anualmente definido no Orçamento do Município.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento considera-se:

i) Agregado Familiar: o conjunto de pessoas, constituído pelo arrendatário, cônjuge ou pessoa que com aquele viva em união de facto, considerada nos termos da Lei n.º 7/2011, de 11 de maio, pelos parentes ou afins em linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral, bem como aquelas pessoas relativamente às quais, por força da lei ou de negócio jurídico que não respeite diretamente à habitação, haja obrigação de convivência ou de alimentos;